

Legislação Nacional com o Regime Sancionatório que consagra a legislação europeia com implicação no PNCP 2025-2027

Domínio 1	Géneros alimentícios e segurança, integridade e salubridade dos géneros alimentícios, em qualquer fase da sua produção, transformação e distribuição, incluindo regras destinadas a garantir práticas leais no comércio e a proteger os interesses dos consumidores e a sua informação, bem como o fabrico e a utilização dos materiais e objetos destinados a entrar em contacto com os alimentos
Legislação	Decreto-Lei n.º 28/84 de 20 de janeiro Decreto-Lei n.º 148/99 de 4 de maio Decreto-Lei n.º 323-F/2000 de 20 de dezembro Decreto-Lei n.º 238/2000 de 26 de setembro Decreto-Lei n.º 244/2000 de 27 de setembro Decreto-Lei n.º 337/2001 de 26 de dezembro Decreto-Lei n.º 72 -G/2003 de 14 de abril Decreto-Lei n.º 136/2003 de 28 de junho Decreto-Lei n.º 214/2003 de 18 de setembro Decreto-Lei n.º 225/2003 de 24 de setembro Decreto-Lei n.º 229/2003 de 27 de setembro Decreto-Lei n.º 230/2003 de 27 de setembro Decreto-Lei n.º 290/2003 de 15 de novembro Decreto-Lei n.º 37/2004 de 26 de fevereiro

[Decreto-Lei n.º 72/2004](#) de 25 de março
[Decreto-Lei n.º 168/2004](#) de 7 de julho
[Decreto-Lei n.º 193/2004](#) de 17 de agosto
[Decreto-Lei n.º 213/2004](#) de 23 de agosto
[Decreto-Lei n.º 25/2005](#) de 28 de janeiro
[Decreto-Lei n.º 81/2005](#) de 20 de abril
[Decreto-Lei n.º 102/2005](#) de 23 de junho
[Decreto-Lei n.º 106/2005](#) de 29 de Junho
[Decreto-Lei n.º 185/2005](#) de 4 de novembro
[Decreto-Lei n.º 113/2006](#) de 12 de junho
[Decreto-Lei n.º 1/2007](#) de 2 de janeiro
[Decreto-Lei n.º 175/2007](#) de 8 de maio
[Decreto-Lei n.º 190/2007](#) de 11 maio
[Decreto-Lei n.º 194/2007](#) de 14 de maio
[Decreto Legislativo Regional n.º 24/2007/A](#) de 7 de novembroⁱ
[Decreto-Lei n.º 53/2008](#) de 25 de março
[Decreto-Lei n.º 199/2008](#) de 8 de outubro
[Decreto-Lei n.º 216/2008](#) de 11 de novembro
[Decreto-Lei n.º 39/2009](#) de 10 de fevereiro
[Decreto-Lei n.º 257/2009](#) de 24 de setembro
[Decreto-Lei n.º 74/2010](#) de 21 de junho
[Decreto-Lei n.º 76/2010](#) de 24 de junho

	<u>Portaria n.º 239/2012</u> de 09 de agosto <u>Decreto-Lei n.º 220/2012</u> de 10 de outubro <u>Decreto-Lei n.º 78/2013</u> de 11 de junho <u>Decreto-Lei n.º 14/2016</u> de 9 de março <u>Decreto-Lei n.º 26/2016</u> de 9 de junho <u>Decreto-Lei n.º 40/2017</u> de 4 de abril <u>Decreto-Lei n.º 62/2017</u> de 9 de junho <u>Decreto-Lei n.º 157/2017</u> de 28 de dezembro <u>Decreto-Lei n.º 108/2018</u> de 3 de dezembro <u>Decreto-Lei n.º 35/2019</u> de 11 de março <u>Decreto-Lei n.º 9/2021</u> de 29 de janeiro <u>Decreto-Lei n.º 2/2022</u> de 4 de janeiro <u>Decreto-Lei n.º 69/2023</u> de 21 de agosto
Domínio 2	Libertação deliberada no ambiente de OGM para fins de produção de géneros alimentícios e alimentos para animais
Legislação	<u>Decreto-Lei n.º 72/2003</u> de 10 de abril <u>Decreto-Lei n.º 102/2005</u> de 23 de junho <u>Decreto-Lei n.º 160/2005</u> de 21 de setembro <u>Decreto-Lei n.º 36/2006</u> de 20 de fevereiro
Domínio 3	Alimentos para animais e segurança dos mesmos, em qualquer fase da sua produção, transformação e distribuição, e a utilização de alimentos para animais, incluindo regras destinadas a garantir práticas leais no comércio e a proteger a saúde e os interesses dos consumidores e a sua informação

Legislação	Decreto-Lei n.º 28/84 de 20 de janeiro (com a última consolidação de 27-11-2019) Decreto-Lei n.º 247/2002 de 8 de novembro Decreto-Lei n.º 105/2003 de 30 de maio Decreto-Lei n.º 168/2004 de 7 de julho Decreto-Lei n.º 102/2005 de 23 de junho Decreto-Lei n.º 151/2005 de 30 de agosto Decreto-Lei n.º 6/2007 de 11 de janeiro Decreto-Lei n.º 193/2007 de 14 de maio Decreto-Lei n.º 314/2009 de 28 outubro Decreto-Lei n.º 42/2017 de 6 de abril
Domínio 4	Requisitos de saúde animal
Legislação	Decreto Legislativo Regional n.º 1/87/A de 7 de janeiroⁱ Decreto-Lei n.º 187/2004 de 7 de agosto Decreto-Lei n.º 142/2006 de 27 de julho Decreto Legislativo Regional n.º 16/2007/A de 9 de julhoⁱ Decreto Legislativo Regional n.º 24/2007/A de 7 de novembroⁱ Decreto-Lei n.º 79/2011 de 20 de junho Decreto-Lei n.º 81/2013 de 14 de junho Lei n.º 38/2013 de 18 de junho Decreto-Lei n.º 123/2013 de 28 agosto
Domínio 5	Prevenção e redução ao mínimo dos riscos para a saúde humana e animal decorrentes de subprodutos animais e produtos derivados

Legislação	Decreto-Lei n.º 33/2017 de 23 de março
Domínio 6	Requisitos em matéria de bem-estar animal
Legislação	Decreto-Lei n.º 64/2000 de 22 de abril Decreto-Lei n.º 48/2001 de 10 de fevereiro Decreto-lei n.º 72-F/2003 de 14 de abril Decreto-Lei n.º 135/2003 de 28 de junho Decreto-Lei n.º 265/2007 de 24 julho Decreto-lei nº 79/2010 de 25 de junho Decreto-Lei n.º 113/2019 de 19 de agosto Decreto Legislativo Regional n.º 13/2022/A de 30 de maio ⁱ
Domínio 7	Medidas de proteção contra pragas dos vegetais
Legislação	Decreto-Lei n.º 95/2011 de 8 de agosto Decreto-Lei n.º 67/2020 de 15 de setembro
Domínio 8	Requisitos relativos à colocação no mercado e utilização de produtos fitofarmacêuticos e à utilização sustentável de pesticidas, com exceção do equipamento de aplicação de pesticidas
Legislação	Decreto-Lei n.º 39/2009 de 10 de fevereiro Decreto-Lei n.º 101/2009 de 11 de maio Lei n.º 26/2013 de 11 de abril Decreto-Lei n.º 145/2015 de 31 de julho Decreto-Lei n.º 140/2017 de 10 de novembro Decreto-Lei n.º 30/2022 de 11 de abril

	<u>Decreto-lei n.º 69/2023</u> de 21 de agosto
Domínio 9	Modo de produção biológica
Legislação	<u>Decreto-Lei n.º 30/2022</u> de 11 de abril
Domínio 10	Utilização e rotulagem das denominações de origem protegidas, das indicações geográficas protegidas e das especialidades tradicionais garantidas
Legislação	<u>Decreto-Lei n.º 323-F/2000</u> de 20 de dezembro <u>Decreto-Lei n.º 213/2004</u> de 23 de agosto, na sua redação atual

ⁱ Região Autónoma dos Açores